

Governo Bolsonaro: Aspectos Econômicos, Políticos e Relações Externas

The Bolsonaro Government: Economic, Political and External Relations Aspects

Róber Iturriet Avila^a
Cristina Pereira Vieceli^b

Resumo: Esse artigo objetiva expor e analisar os quatro anos presidenciais de Jair Bolsonaro sob o ponto de vista da agenda econômica, das relações internacionais, além de uma análise e interpretação política do período. A descrição econômica indica as conquistas do governo e seus fracassos. A análise das relações externas aponta um afastamento da América Latina, hostilidades à China, um alinhamento automático aos Estados Unidos, conflitos diversos em razão da pandemia e do antiambientalismo. Do ponto de vista político, são elencados os grupos que deram sustentação ao governo, as características destes segmentos e os conflitos diversos que marcaram o interregno.

Palavras-chave: Governo Bolsonaro; História Econômica; Economia Brasileira.

Classificação JEL: H62; N16; N46.

Abstract: This paper aims to expose and analyze Jair Bolsonaro's four years in office from the point of view of the economic agenda, international relations, as well as a political analysis and interpretation of the period. The economic description demonstrates the government's achievements, as well as its failures. The analysis of foreign relations points to a move away from Latin America, hostility towards China, an automatic alignment with the United States, various conflicts due to the pandemic and anti-environmentalism. From a political point of view, the groups that supported the government, the characteristics of these segments and the various conflicts that marked the government are listed.

Keywords: Bolsonaro government; Economic history; Brazilian economy.

JEL Classification: H62; N16; N46.

^a Professor do Programa de Pós-Graduação Profissional em economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: rober@ufrgs.br.

^b Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). E-mail: cristivieceli@gmail.com.

1. Introdução

O governo Jair Bolsonaro herda um conflito político que vinha desde o final do primeiro governo Dilma Rousseff. Marca também o período anterior a emenda do teto dos gastos, que impede elevações reais das despesas primárias. Nesse sentido, cabe considerar que entre 2014-2018 emergiu um grupo político de extrema-direita e de direita no Brasil e Jair Bolsonaro veio a tornar-se líder deste movimento heterogêneo prévio.

Formam os eixos de sustentação deste governo i) o militarismo autoritário conservador¹; ii) o agronegócio; iii) o setor financeiro, com uma pauta econômica ultraliberal; iv) o judiciário punitivista, v) grupos evangélicos; vi) ultraconservadores radicais, com pautas culturais anti-racionalistas e anti-científicas. Embora o tamanho deste aglomerado político seja uma novidade na história econômica brasileira, grupos semelhantes -acrescido de facções do judiciário - compunham a União Democrática Nacional, e mesmo o integralismo, na década de 1940 a 1960, os quais fizeram oposição a Getúlio Vargas, João Goulart e Juscelino Kubitschek. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” de 1964 simboliza essa junção de interesses. Assim, esse movimento não é muito diferente do antigo conservadorismo autoritário brasileiro, que foi amplificado e radicalizado no final do governo Dilma.

Nesta agenda política do governo Bolsonaro havia a perseguição de movimentos estudantis, intelectuais, a guerra cultural no campo da educação e da arte, conformando um projeto autoritário. Este fica mais explícito ao longo do governo, arquitetando mais de uma tentativa de golpe de Estado, embora não tenha conseguido obter forças suficientes para implementação de muitos destes intentos.

Do ponto de vista econômico, a pauta é liberal, visando a redução dos direitos trabalhistas e previdenciários, redução de serviços públicos, privatizações, abertura comercial. Embora com algumas dificuldades, o governo conseguiu passar mudanças, como a reforma previdenciária, alterações fiscais, redução de impostos de importação, autonomia do Banco Central, lei da Liberdade econômica, dentre outras.

Nas relações internacionais, inicialmente há um alinhamento aos Estados Unidos, quando este é presidido por Donald Trump e um subsequente distanciamento após este sair do poder. Marca também o período conflitos com a China e com países da América Latina, sobretudo aqueles presididos por personagens de esquerda. De outro lado, há um alinhamento com governos de extrema-direita, como a Hungria e Israel.

Isso posto, esse artigo objetiva expor e analisar os quatro anos presidenciais de Jair Bolsonaro sob o ponto de vista da agenda econômica, das relações internacionais, além de uma análise e interpretação política do período. Para tanto, a seção 2 sistematiza uma pequena revisão de literatura do período, à despeito da proximidade temporal entre este

¹ No dia 02 de abril de 2018, o comandante do exército Eduardo Villas Boas escreveu um twitte interpretado como uma pressão e uma ameaça ao Supremo Tribunal Federal para que este condenasse Lula, que ficaria impedido de concorrer à eleição de 2018.

artigo e o período analisado. A seção 3 abordará a agenda econômica e de relações internacionais, já a seção 4 trará uma análise política. Por fim, estão registradas as conclusões.

2. Revisão de literatura sobre o governo Bolsonaro

Embora existam pesquisas que se debruçaram sobre o governo Jair Bolsonaro, especialmente nos seus dois primeiros anos, a literatura ainda é escassa e destinada à análise principalmente de políticas específicas e não do aspecto amplo da política econômica implementada. Essa seção visa efetuar um pequeno compêndio de relevantes autores sobre o período.

Araújo (2025) considera que o governo Bolsonaro foi marcado por neoliberalismo radical mesclado com um pragmatismo no período da covid-19 e no pré-eleição de 2022. O autor chama a atenção para o crescimento relativamente baixo, de 1,4% ao ano, uma inflação média de 6,15%, altas taxas de desemprego e informalidade. Ele enfatiza a reforma previdenciária, precarização nas relações de trabalho, com redução de salários, as privatizações de subsidiárias da Petrobras, da Eletrobras e privatizações no saneamento básico. Ele destaca os resultados positivos na balança comercial, ainda que tenham sido registrados déficits nas transações correntes. Diferentemente da visão a ser exposta neste artigo, Araújo (2025) comprehende que a expansão fiscal de 2020 foi temporária e pragmática, haja vista a manutenção da lei do teto de gastos, mesmo que com “furos” eleitorais e que a expansão do Auxílio Brasil em 2022 ocorreu sem abandonar o neoliberalismo. Ele considera que a manutenção do teto de gastos gerou o fracasso econômico, limitando a recuperação e contribuindo para a derrota eleitoral. O fracasso teria sido marcado por baixas taxas de crescimento econômico, elevação de preços (mesmo que influenciado por fatores exógenos) e alta informalidade no mercado de trabalho.

Para Saad-Filho (2021), o governo Bolsonaro é parte de um fenômeno global, o neoliberalismo autoritário, que é um desdobramento popular face a crise global de 2007-08. A direita autoritária conseguiu canalizar tal frustração, culpando minorias e promovendo agendas neoliberais radicais, fenômeno que ocorreu no Brasil, nos Estados Unidos, na Hungria, nas Filipinas, entre outros. De outro lado, os governos petistas anteriores ampliaram políticas sociais, mas mantiveram políticas neoliberais, como o tripé macroeconômico. Esta política colocava o modelo de crescimento em dependência do *boom* das commodities, que se encerrou em 2014, abrindo caminho para a ascensão da direita. Neste contexto, emerge Bolsonaro prometendo o combate à corrupção, segurança pública e a implementação de uma agenda neoliberal radical. Para o autor, as marcas do governo foram caos político, ataques ao meio ambiente e às políticas de bem-estar social.

Marques e Nakatani (2019) enfatizam a herança herdada do governo Michel Temer, com reforma trabalhista, que permitiu a terceirização para todas as atividades, a emenda do teto de gastos e a redução do poder dos sindicatos. Sobre o governo em tela, eles apontam a agenda de privatizações, cortes orçamentários em áreas como saúde,

educação, ciência e tecnologia e a reforma previdenciária. Além disso, houve extinção de conselhos participativos e centralização de decisões, o que demarca um paradigma autoritário. Para eles, as mudanças institucionais consolidam um Estado subordinado ao capital financeiro, com redução de direitos sociais e trabalhistas, alinhando interesses neoliberais e conservadores, com impactos negativos na desigualdade e na democracia.

Machado (2020) analisa o governo a partir da precarização de direitos sociais e trabalhistas, que consolidam um cenário de extrema flexibilização de relações laborais. Ele demarca o governo como ultraliberal e autoritário. De toda a forma, aponta um fracasso parcial na implementação da “Carteira de trabalho Verde e Amarela” que eliminaria diversas garantias trabalhistas. O autor destaca a extinção do Ministério do Trabalho, medida que enfraqueceu a fiscalização e a mediação de conflitos trabalhistas; a portaria 604/2019, que permitiu o trabalho aos domingos, fragilizando o descanso semanal; a lei 13.874/2019, que permitiu que empresas com menos de 20 funcionários não precisassem registrar jornada, facilitando o não pagamento de horas extras, a desregulamentação de normas de saúde e segurança, que revogou 36 normativas protetivas de acidentes de trabalho. Assim, o governo auxiliou na precarização do trabalho, com perda de direitos históricos, enfraqueceu a institucionalidade que mediava conflitos trabalhistas, aprofundando a reforma iniciada em 2017, a partir de medidas administrativas e legislativas, ainda que não tenha obtido êxito em toda sua agenda.

Teixeira e Silva (2022) apontam que em 2021 e 2022 o governo foi capturado pelo legislativo através do “orçamento secreto”, ou seja, a ausência de critérios técnicos claros e transparência de execução orçamentária, em detrimento de prioridades públicas mais amplas. Tal dinâmica enfraqueceu a capacidade do executivo de controlar o orçamento e implementar políticas públicas, que se transformou em um mecanismo de barganha política para a manutenção de apoio no Congresso Nacional. Essa circunstância contribuiu para a construção de orçamentos pouco críveis e insustentáveis, culminando em fragmentação de decisões e desarticulação entre os poderes, que terminaram em uma profunda crise de governabilidade. Para os autores, o presidente não demonstrou capacidade de liderar e coordenar o processo decisório, o que resultou em instabilidade fiscal e na perda de competência para impor sua agenda. Eles concluem que a junção de incapacidade de arbitrar conflitos e captura do orçamento por interesses particulares comprometeu a eficiência na alocação de recursos públicos, denotando a falha de gestão e enfraquecimento da institucionalidade orçamentária brasileira.

Em suma, ainda que decorrido um pequeno espaço temporal desde o final do governo até a execução deste trabalho, os autores acima citados convergem que se trata de um governo que mescla uma agenda neoliberal e autoritarismo político, com sucesso relativo nas propostas de privatizações e flexibilização do mercado de trabalho e fracasso em resultados econômicos e de governança. As seções seguintes trarão uma análise desta fase sob o âmbito político e econômico.

3. Análise descritiva da agenda econômica e das relações externas

Essa seção objetiva analisar e descrever as pautas, reformas e derrotas do governo na agenda econômica, assim como apresentar um relato sobre as relações externas. Na primeira subseção, serão apresentadas as reformas promovidas pelo governo, na segunda as derrotas da equipe econômica e na terceira uma análise descritiva das relações internacionais.

3.1. Reformas constitucionais, privatizações e mudanças legais

O plano de governo lançado em 2018 pelo então candidato Jair Bolsonaro estabelecia metas de redução de ministérios, independência do Banco Central, reforma da previdência, com novo modelo de capitalização, BNDES como banco de desestatizações, estabelecimento de renda mínima para todas as famílias, privatizações, redução da dívida pública, Carteira de Trabalho Verde e Amarela (cujo contrato individual prevalecesse sobre as leis trabalhistas), redução de impostos de importação, crescimento econômico, geração de empregos, uma reforma tributária que unificasse e simplificasse os tributos, redução do déficit fiscal, entre outros. Textualmente: “o déficit público primário precisa ser eliminado já no primeiro ano e convertido em superávit no segundo ano” (O CAMINHO, 2018, p. 55) e “estimamos reduzir em 20 o volume da dívida por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades imobiliárias da União” (O CAMINHO, 2018, p.56).

Iniciado o mandato, a equipe econômica foi composta por Roberto Campos Neto como presidente do Banco Central e Paulo Guedes como Ministro da Economia, esse tido como avalista junto ao mercado financeiro e ponte com a direita tradicional desde a eleição. Guedes torna-se “superministro”, já que o Ministério da Economia é a junção de cinco antigos ministérios: Fazenda, Planejamento, Previdência, Trabalho e Indústria e Comércio. No entanto, já em 2021 houve um desmembramento e as estruturas do antigo Ministério da Previdência e do Trabalho foram unidas sob outro ministério.

As principais vitórias econômicas aconteceram no primeiro ano, 2019. Os anos de 2020 e 2021 foram ofuscados pela pandemia de Covid-19. A principal conquista econômica foi a Reforma Previdenciária. Nela, houve o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria de 65 anos para homens e 62 para mulheres, contribuição progressiva de inativos, redução de proventos² e redução das pensões por morte³. Assim ela elevou o tempo de contribuição, aumentou as alíquotas para ativos e para inativos e reduziu os proventos.

Dentro da agenda neoliberal, outra conquista foi a redução de impostos, que se manifestou principalmente nos dois últimos anos de governo. Foi implementada uma redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 35% para diversos setores

² Passou a ser 60% da média contributiva, com tempo mínimo de 20 anos de contribuição, e a, partir desse período, acrescenta 2% no salário a cada ano de contribuição.

³ Passa a ser 50% do benefício mais 10% por dependente.

(automóveis, eletrodomésticos, eletrônicos, etc), redução de tributos sobre combustíveis (Programa de Integração Social, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) e, em 2022, um estabelecimento de um limite de 17% ou 18% para o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias sobre combustíveis, energia, comunicação e transportes, o que impactou as finanças dos estados e municípios. A desoneração dos combustíveis foi uma compensação da política de preços internacionais da Petrobras⁴. O imposto sobre importação foi reduzido em 10% para 6.195 itens, visando a abertura econômica e a redução de preços (AVILA, 2022a).

Ainda na seara fiscal, foi aprovada a Emenda Constitucional 109/2021, que passou a estabelecer um limite máximo para despesas, na relação entre despesas correntes e receitas correntes, tanto para a União, quanto para estados e municípios. A partir do momento que essa relação passar de 95%, foram impostas travas automáticas com restrições de concursos e reajustes nominais de salário de servidores. A emenda prevê também uma redução progressiva de renúncias fiscais, até chegar a 2% do PIB.

A despeito da emenda do teto de gastos, foram aprovadas sucessivas Propostas de Emenda Constitucional (PEC) para permitir a ampliação das despesas. A chamada PEC dos precatórios (2021), que jogou para governos futuros o pagamento destes, a PEC eleitoral (2022), com ampliação do valor de transferência de renda, implementação de auxílios a taxistas e caminhoneiros e implantação do auxílio gás. Com relação a pandemia, houve a PEC do “Orçamento de Guerra” (2020) e a “PEC Emergencial” (2021).

O contexto pandêmico veio em um momento de rigidez fiscal. Inicialmente, Guedes sugeriu que para resolver os problemas econômicos derivados da pandemia era preciso privatizar, desburocratizar e reduzir impostos. Pouco tempo depois, no entanto, frente a ações contundentes de quase todos os países, recomendações de organismos multilaterais e pressão do Congresso e da sociedade, o governo viu-se obrigado a executar uma política contracíclica. Assim, diferentemente de Araújo (2025), que interpreta que esse foi um momento de pragmatismo, comprehende-se que o abandono das regras fiscais foi uma exigência da sociedade e do Congresso Nacional. A redução da atividade econômica derrubou as receitas e a paralisação produtiva exigiu políticas de auxílio a empresas e trabalhadores. As principais medidas foram:

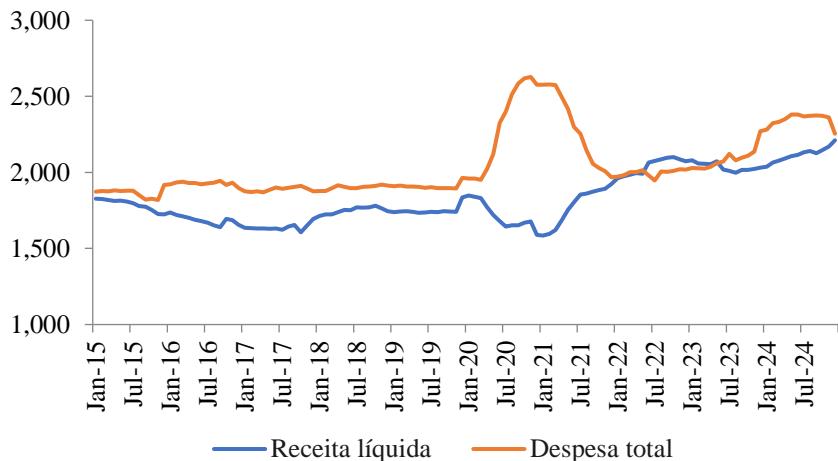
- Auxílio emergencial a 67,85 milhões de pessoas. O governo propôs inicialmente R\$ 200,00 e depois R\$ 300,00 mensais a cada indivíduo, mas o congresso aprovou cinco parcelas de R\$ 600,00 e quatro parcelas de R\$ 400,00. Para mulheres chefes de família, o valor foi de R\$ 1.200,00. A despesa totalizou 3,85% do PIB em 2020 e 3,26% em 2021;

⁴ O Preço de Paridade de Importação foi adotado no governo Michel Temer e vigorou durante todo o governo Jair Bolsonaro. Com essa política, os preços internos são equiparados com custos de importação, como de transporte, taxas portuárias, variações cambiais, além do preço do petróleo no mercado internacional. A desvalorização cambial durante o período e a Guerra na Ucrânia elevaram os preços dos combustíveis no Brasil (DIEESE, 2021).

- Pagamento de subsídio, destinado à financiar a folha de pagamento de empresas que reduziram a jornada de trabalho ou suspenderam o trabalho, com a contrapartida da manutenção do quadro funcional;
- O Banco Central foi autorizado a comprar títulos públicos e privados.
- Redução da taxa básica de juros, que chegou a 2% a.a.
- Criação do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE);
- Redução de taxas de juros a empresas e facilitação de renegociação;
- Antecipação de abono salarial e de 13º a aposentados;
- Permissão de saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Suspensão temporária ou isenção de impostos.

Ao final, foi uma política anticíclica bastante significativa. No Brasil e no mundo, esse momento acabou marcando uma ampliação das políticas de transferência de renda, embora os valores e a cobertura tenham sido reduzidos, eles mudaram de patamar no pós-pandemia. Os impactos na desigualdade foram expressivos, o índice de Gini em 2019 foi 0,544 e em 2020 foi 0,524, uma redução de 3,68% na desigualdade, o que é considerável para apenas um ano (CADINAÑOS, 2023; ORAIR, 2021). O Gráfico 1 ilustra o impacto fiscal da pandemia, com olhar também aos anos anteriores e posteriores ao referido governo.

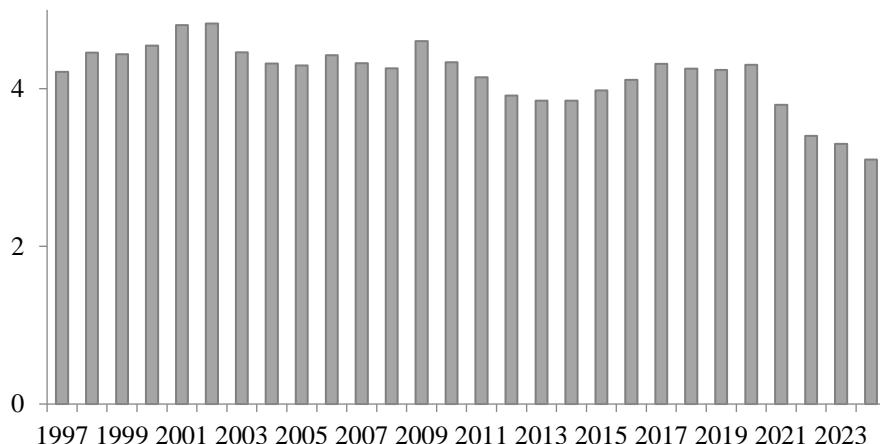
Gráfico 1– Receita Líquida e Despesa Total do Governo Central, acumuladas em 12 meses, em R\$ Bilhões, valores constantes de janeiro de 2015 – jan.15–dez. 24



Fonte: Tesouro Nacional

O Gráfico 1 apresenta uma reversão do déficit primário em 2022, a despeito da elevação de despesa com transferência de renda. Desse modo, tal propositura presente no plano de governo foi atingida. Parte desta reversão deve-se a expressivas receitas vinculadas aos combustíveis, à tributos relacionados a recursos naturais e dividendos de estatais. Do lado das despesas, houve um congelamento salarial de servidores públicos em todo o período, marcado também por aceleração inflacionária e menor reposição de servidores aposentados. Houve, portanto, uma expressiva redução da despesa com pessoal, chegando ao patamar mais baixo da série histórica iniciada em 1997, conforme o Gráfico 2. Desde o ponto máximo do valor real com a despesa de pessoal, em abril de 2018, até dezembro de 2022, a queda foi de 23,5% (AVILA, 2022). O enxugamento também estava presente no plano de governo (O CAMINHO, 2018).

Gráfico 2–Despesa com pessoal ativo, inativo, civil e militar do Governo Central, Brasil – 1997-2024 (% PIB)



Fonte: Tesouro Nacional

No que concerne ao avanço de pautas patronais e de redução de direitos trabalhistas, em 2019, o governo aprovou a Lei n. 13.874, que ficou conhecida como “Lei da liberdade econômica”, com o intuito de reduzir a burocracia, a regulação e as despesas para empresas. Pela nova lei, as empresas passaram a ter maior flexibilidade de determinar horários de funcionamento, inclusive em feriados. A carteira de trabalho passou a ser em formato eletrônico, o registro de ponto passou a ser obrigatório apenas para empresas com mais de 20 funcionários, bem como foram dispensadas de alvará as atividades de baixo risco. A lei também separou o patrimônio de sócios e da empresa em caso de falência, deixou de permitir a liquidação de dívidas de empresa coligada, definiu o abuso regulatório por parte do poder público - como o estabelecimento de limites de criação de sociedades

empresariais, extinguiu o fundo soberano, avançou na digitalização de documentos públicos e cartoriais, além de outras alterações (BRASIL, 2019).

Outra transformação foi autonomia do Banco Central, proposta no plano de governo. Mesmo que os parâmetros das políticas cambiais e monetárias sejam definidos pelo Conselho Monetário Nacional, composto pelo Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o presidente do Banco Central, é essa última instituição que executa a política cambial e a monetária. Cabe notar que tais políticas influenciam o nível de emprego, os preços, a renda e o crescimento econômico. A instituição tornou-se uma autarquia, com mandato fixo de quatro anos para o seu presidente, não coincidente com o mandato do presidente da República. Roberto Campos Neto recebeu, assim, um mandato, o que fez ele permanecer nos dois anos seguintes do governo sucessor. Tal alteração significa uma perda parcial de capacidade de definição dos rumos da política econômica por parte dos governos eleitos subsequentes, não apenas pelo descasamento dos mandatos, como também pelo caráter autônomo. Um ponto relevante é que a lei prevê que além da tarefa principal de manter a inflação baixa, a instituição passa a ter também o objetivo de alcançar baixo nível de desemprego.

Um dos destaques no plano de governo foi o processo de privatizações. Diversos braços da Petrobras foram privatizados, como a Liquigás, a Gaspetro, a BR distribuidora, algumas refinarias, gasodutos e blocos de exploração de petróleo. Além da estatal reduzir de tamanho, houve ainda diminuição do quadro funcional. A empresa repassou preços internacionais aos combustíveis, o que rendeu muitos dividendos aos acionistas (DIEESE, 2021).

A maior vitória do governo no âmbito das privatizações foi a da Eletrobras. Desde o governo Michel Temer, tentava-se privatizar a estatal. Este projeto logrou êxito em 2022, quando a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que até então detinham 70% das ações, passaram a ser proprietários de 42,6%. A estatal elétrica, com a descapitalização do Estado, passa a ter controle acionário pulverizado.

Outro importante avanço sobre a redução de patrimônio foi o enxugamento da carteira de ativos do BNDES, com venda de ações de diversas empresas. Além disso, há continuidade de concessões de ferrovias, portos, rodovias e aeroportos. As empresas controladas pelo governo federal saíram de 209 para 133 (BNDES, 2023). Ambas as políticas estão presentes no plano de governo (O CAMINHO, 2018).

Em linhas gerais, o governo Bolsonaro foi exitoso em implantar a agenda de enxugamento do Estado, a partir da política de redução das despesas com funcionalismo e investimentos públicos, flexibilização da legislação trabalhista e privatização de empresas estatais. À despeito dos êxitos da equipe econômica, nem todas os projetos foram levados à frente, tema da próxima subseção.

3.2. Pautas econômicas derrotadas e resultados gerais

Diversas propostas econômicas governamentais naufragaram. Houve uma proposta de reforma tributária mais ampla, que propunha tornar o IPI um imposto seletivo, unificar

diversos impostos, tributar dividendos, reduzir deduções de imposto de renda e estabelecer uma alíquota linear. Falou-se em criar um tributo sobre movimentação financeira, taxar seguro-desemprego, eliminar o abono salarial. No entanto, o projeto de reforma não foi bem articulado no Congresso Nacional, limitando-se a alterações pontuais, citadas na seção anterior.

Em relação a agenda trabalhista, o plano de governo propunha uma “Carteira de Trabalho Verde e Amarela”, que significava basicamente a redução de direitos trabalhistas e contribuição de FGTS de 2% a 6% para jovens de 18 a 29 anos. A proposta foi implementada pela Medida Provisória 905 de 2019, porém, ela foi revogada pelo governo em abril de 2020, pois o Senado sinalizou que deixaria a MP caducar sem aprovará-la.

Logo no início do governo aventaram cortar em 25% o salário dos servidores. A medida não ocorreu, porém a não concessão de reajuste acabou por atingir esse objetivo. Discutiu-se uma proposta de cobrar mensalidades em universidades e atendimentos públicos de saúde para pessoas de maior renda, mas as ideias não chegaram a ser oficializadas. Debateu-se ainda congelar o valor nominal de aposentadorias, o que também não foi levado adiante.

Dentro da linha de redução dos gastos públicos, outra medida que tentou ser implementada pelo Ministério da Economia foi a eliminação dos vínculos constitucionais das receitas de estados e municípios para saúde e educação. Entretanto não teve apoio congressual. Houve ainda uma tentativa de redução de municípios pequenos, visando melhorar a distribuição do bolo tributário do fundo de participação de municípios, o que também obteve resistência no Congresso (PEC do pacto federativo).

Chegou a tramitar no Congresso uma Reforma Administrativa (PEC 32/2020), que tornaria grande parte dos novos servidores de várias áreas em celetistas, facilitando a demissão, mas não foi adiante. Houve uma tentativa de impedir promoções de servidores, que foi barrada pela justiça, bem como aventou-se demitir servidores em estágio probatório.

Adicionalmente, o superministério que propunha revolucionar o país efetuou algumas políticas, mas teve uma série de baixas desde o início do governo até o fim. Em grande medida, personagens liberais mais radicais foram saindo por decepcionarem-se com a dificuldade de implementar as ações.

A Tabela 1 traz uma síntese sobre os resultados gerais do governo, desde o ano anterior ao início do mandato. Em termos de crescimento econômico, os dois primeiros anos não foram bons, o terceiro foi positivo, mas com efeito estatístico do tombo de 2020. Já 2022 teve um resultado medianamente bom.

O desemprego permaneceu em um patamar elevado nos três primeiros anos e no último caiu consideravelmente. Nos quatro anos, a variação real do salário-mínimo acumulou 1,2%, basicamente uma estabilidade, contudo, no primeiro ano de governo a elevação foi de 1,4%, o que já tinha sido definido pelo governo pregresso (DIEESE, 2025).

A inflação também subiu nos primeiros anos do governo, impactada pela pandemia, e cedeu para 5,79% no último ano, de toda forma, em patamar maior do que em 2019. Desse modo, houve fracasso daquilo proposto no plano de governo. A taxa de câmbio sobe de US\$/R\$ 3,95 para US\$/R\$ 5,34.

O BNDES reduziu seu volume de ativos por meio de vendas e da redução de crédito concedido. A dívida líquida do setor público cresceu nos primeiros anos depois passou a cair em relação ao PIB, encerrando o período em elevação, porém, previa-se no plano de governo que haveria queda de 20 pontos percentuais da dívida via privatizações. Há uma constante perda de reservas internacionais. A taxa SELIC caiu nos primeiros anos, mas depois cresceu, encerrando o período em elevação, conforme explicita o Gráfico 3, que apresenta dados anteriores e posteriores ao período em tela.

Tabela 1: Indicadores Econômicos – Brasil – 2018-2022

	2018	2019	2020	2021	2022
Desemprego - % (PNAD- dez)	11,6	11,0	13,9	14,1	7,9
Variação do PIB - %	1,8	1,1	- 3,9	4,60	3,0
Taxa de Inflação (IPCA) - %	3,75	4,31	4,52	10,06	5,79
Taxa câmbio oficial (média-R\$/US\$)	3,65	3,95	5,16	5,40	5,34
Taxa Selic / BCB (dez) - %	6,5	4,50	2,0	9,25	13,75
Ativos BNDES (dez - R\$ bi)	802,5	728,1	778,3	737,1	683,8
Dívida Líquida (dez - % PIB)	58,78	61,38	74,68	67,97	63,46
Reservas Internacionais BCB (UBS\$ BI - dez)	374,7	356,9	355,6	362,2	326,0

Fonte: IBGE, BCB, BNDES

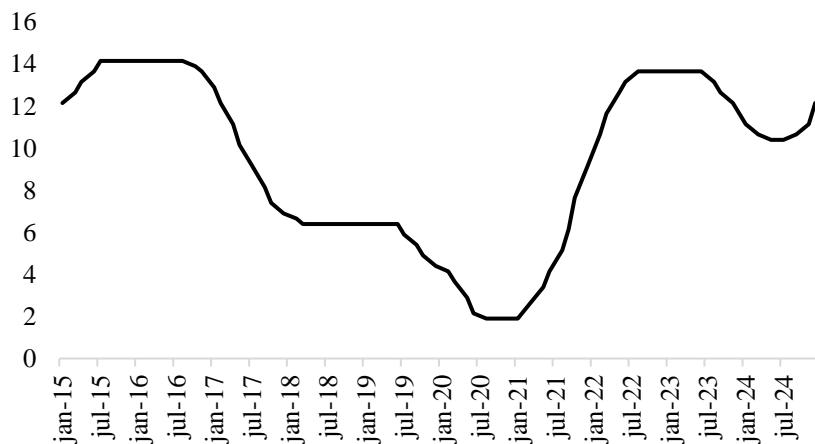
Em suma, o governo não apresentou bons resultados econômicos nos três primeiros anos, já no último, houve um crescimento um pouco maior e melhores taxas de desemprego. O resultado fiscal, como apontado anteriormente, melhorou ao longo do governo, mesmo com o período pandêmico, em grande parte devido a receitas de privatizações, dividendos e redução de despesa com pessoal, além dos primeiros impactos da reforma da previdência.

A despeito da promessa de que a política econômica de redução de gastos públicos traria crescimento econômico e atração de capitais externos, não foi o que se verificou. Note-se que os piores resultados estão no início do governo e os melhores vem após flexibilizações fiscais e expansões de auxílios. É notável ainda que, conforme a pauta fiscalista foi sendo abandonada, os personagens liberais passaram a sair do governo, mesmo que os resultados viessem melhores ali na frente. Dessa forma, ao contrário de Araújo (2025) que analisa o período final como de “pragmatismo”, entende-se o resultado da

política como um distanciamento de um dos núcleos políticos do governo, com a baixa de diversos personagens⁵ do neoliberalismo.

Ao mesmo tempo, logrou-se algum êxito na agenda de redução da máquina pública e de estatais, isso foi acompanhado por saída de capitais externos, como se reflete nas reservas internacionais, que caíram. Não houve também melhoria no endividamento público. A subseção seguinte traz um panorama da política externa brasileira entre 2019 e 2022.

Gráfico 3 – Taxa Selic – Brasil – 2015-2024 (%)



Fonte: Banco Central do Brasil

3.3. Relações externas

O plano de governo lançado em 2018 traz propostas vagas sobre as relações externas, limita-se, basicamente a afirmar que “deixaremos de louvar ditaduras assassinas e desprezar ou mesmo atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália [...] Além de aprofundar nossa integração com todos os irmãos latino-americanos (sic) que estejam livres de ditaduras, precisamos redirecionar nosso eixo de parcerias” (O CAMINHO, p.79).

O governo Bolsonaro foi marcado por mudanças na postura historicamente adotada na política de relações internacionais do país, deixando uma posição conciliadora para se

⁵ O secretário da desestatização, Salim Mattar, e Paulo Uebel, secretário da desburocratização, que saíram em 2020 são os casos mais emblemáticos. Mas saíram também: Alecxandro Carreiro, Márcio Coimbra, Joaquim Levy, Marcos Cintra, Rubem Novais, Mansueto Almeida, Caio Megale, Fernanda Necho, Wagner Lenart, Wilson Ferreira Júnior, André Brandão, Roberto Castello Branco, Susana Guerra, Waldery Rodrigues, Vanessa Canado, Bruno Funchal, Jeferson Bittencourt, Gildenora Dantas, Rafael Araújo, George Soares, Martha Seillier, Yana Dumresq, Márcio Oliveira, Luiz Guilherme Henriques, Cristiano Heckert, Esteves Colagno, Mauro Bogéa, Gustavo Souza, entre outros.

alinhar principalmente com governos de direita e extrema-direita. Além disso, o país ficou conhecido internacionalmente pelo descuido com questões ambientais, especialmente relativa ao aumento no desmatamento da Amazônia e no Pantanal.

Em quatro anos, foram dois ministros de relações exteriores no governo Bolsonaro. Ernesto Araújo, do início até março de 2021 e depois Carlos França. O primeiro era seguidor de Olavo de Carvalho e mais histriônico, já Carlos França foi mais discreto em sua gestão. A troca ocorreu principalmente porque Araújo tinha uma postura antivacina e, durante a pandemia, a pressão da sociedade e do Congresso pela compra de vacinas acabou por derrubar o chanceler.

Ernesto Araújo era muito próximo do deputado Eduardo Bolsonaro. Por defender o nacionalismo, o chanceler argumentava a favor do afastamento de organizações multilaterais “globalistas”, como a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial da Saúde.

No início do governo, assistiu-se a um alinhamento automático aos Estados Unidos, enquanto Donald Trump era presidente. A posição internacional do Brasil mimetizava a dos Estados Unidos. Em 2020, houve uma ameaça de guerra com a Venezuela, caso os Estados Unidos entrassem em conflito bélico com aquele país, o que seria o primeiro confronto com um vizinho desde a guerra do Paraguai, ainda no século XIX.

Nos fóruns decisórios, o Brasil deixou de lado seu histórico conciliador e passou a ter posições mais firmes, alinhadas aos Estados Unidos. Em algumas votações no Conselho de Direitos Humanos, o Brasil se alinhou com países islâmicos em questões sobre gênero e educação sexual.

A postura do Brasil foi de afastamento dos países da América Latina, sobretudo daqueles liderados por pessoas de esquerda, como foi um período do governo argentino, com Alberto Fernandez, Gabriel Boric, no Chile, Evo Morales e Luis Arce, da Bolívia. O Brasil saiu da União das Nações Sul-Americanas em 2019 e Paulo Guedes chegou a afirmar que o Mercosul não era prioridade, ao contrário do que estava previsto no plano de governo.

Todo o governo foi marcado também por hostilidades à China, principal parceiro comercial do Brasil, o que chegou a gerar desconforto na bancada do agronegócio, uma vez que o país asiático é grande comprador de produtos primários brasileiros. Ernesto Araújo chamou o coronavírus de “comunavírus”, em referência a uma tese conspiracionista de que se tratava de um plano chinês de domínio global. Em novembro de 2020, ocorreu o momento mais crítico, quando a embaixada da China reagiu ao deputado Eduardo Bolsonaro, que acusou a China de espionagem. A embaixada afirmou que calúnias solapavam a longa amizade dos dois países. Por consequência, houve também um afastamento do grupo dos BRICS.

A hostilidade também definiu a relação entre Bolsonaro e o presidente francês Emmanuel Macron, com ataques pessoais. As relações com a chanceler alemã Angela Merkel tampouco foram tranquilas.

Na sucessão dos Estados Unidos, o governo brasileiro posicionou-se explicitamente a favor de Trump, que foi derrotado. O Brasil demorou a reconhecer a vitória de Joe Biden, o que gerou certo distanciamento com os Estados Unidos.

A condução negacionista durante a pandemia foi determinante para o isolamento quase completo do Brasil, uma vez que se tratava de um problema global e a difusão do vírus no Brasil dificultava o combate à doença em todo o mundo.

A chancelaria brasileira afirmava que as mudanças climáticas eram alarmismo e uma maneira de tirar a soberania do país sobre a Amazônia. O Brasil chegou a assinar o acordo Mercosul-União Europeia, mas os europeus recuaram devido a preocupações ambientais com o Brasil. A agenda antiambientalista e a favor da exploração econômica na Amazônia ajudou a tornar a imagem do país muito negativa.

Entretanto, havia proximidade com governos mais próximos da extrema-direita, como o caso de Israel e Hungria. Com menores laços, também Argentina, enquanto essa era liderada por Mauricio Macri e o Chile sob Sebastián Piñera.

4. Análise política do governo Bolsonaro

Embora a extrema-direita não tenha tido tanta força política na história pregressa brasileira, os grupos que consolidaram o governo não são muito diferentes de atores que compunham a direita brasileira no século XX. Os principais eixos de sustentação foram: i) o militarismo autoritário conservador; ii) o agronegócio; iii) o setor financeiro, com uma pauta econômica ultraliberal; iv) o judiciário punitivista, v) grupos evangélicos; vi) ultraconservadores radicais, os “olavistas”, com pautas culturais anti-racionalistas e anti-científicas. O mix destes atores conformam o que Saad-Filho (2021) chamou de “neoliberalismo autoritário”.

Personagens parecidos fizeram oposição ao Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek na década de 1950 e a João Goulart, na década de 1960. O movimento de rua de 1964, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, era composto por classes médias urbanas, conservadores, religiosos católicos, economistas liberais, os quais vieram a apoiar o governo militar. As diferenças estão nos católicos, que foram substituídos por evangélicos, o judiciário punitivista, não tão presente no passado, e a constituição de um núcleo pensante no período presente, difusor de uma ideologia ultraconservadora liderada pelo Olavo de Carvalho. Trata-se, portanto do antigo projeto conservador autoritário brasileiro. (MELO, BASTOS, ARAÚJO, 2021; TENDLER, 1980; BOITO Jr, 2019; TAVARES, 2012).

Contudo, além do rodízio de ministros, inclusive em áreas centrais como saúde (quatro ministros) e educação (seis ministros), o governo teve baixas de alas relevantes. Os já citados liberais foram abandonando o governo à medida em que esse se afastava da pauta fiscalista. Um dos principais ministros, representando o judiciário punitivista, Sérgio Moro, saiu do governo acusando o presidente de interferir na Polícia Federal para proteger crimes da família presidencial (ESTADÃO, 2022). A utilização do expediente de sigilos de cem anos para inúmeros documentos ajudou a macular uma das principais bandeiras eleitorais: a exaltação contra práticas corruptas. Personagens militares também saíram, como o Secretário Geral do Governo general Santos Cruz, que afirmou que os militares do governo não representavam as Forças Armadas. Até mesmo Olavo de Carvalho, que inicialmente

tinha grande influência, sobretudo no Ministério da Educação, tendo, inclusive, indicado ministros, no meio da gestão, perde poder e passa a ser crítico do governo.

O rodízio de ministros engloba também o chanceler, Ernesto Araújo, discípulo de Olavo de Carvalho, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, depois de ser acusado de explorar madeira ilegal na Amazônia. Na Casa-Civil foram quatro ministros, na secretaria geral da presidência foram cinco, na secretaria geral do governo outros quatro.

Isso sinaliza um governo instável, com conflitos internos, que teve ainda acusações entre integrantes. As desavenças com o próprio partido fizeram o presidente deixar a sigla. Houve também desentendimentos com a líder do governo na Câmara, Joice Hasselmann, que por fim desfiliou-se do partido e tornou-se oposicionista. Mesmo o vice-presidente da República foi retirado do núcleo decisório. Marcou também o período conflitos com o Congresso Nacional, com o Supremo Tribunal Federal (STF), acusações a governadores e prefeitos na pandemia (conflito federativo). Além de conflitos com a imprensa, perseguição a opositores, a movimentos sociais e estudantis. Em linha com que apontam Teixeira e Silva (2022), o período foi de enfraquecimento institucional, falhas de gestão e incapacidade de coordenação.

O projeto golpista começou a aparecer em 2020, quando o presidente da República passou a falar em “estado de sítio” em entrevistas e vídeos gravados. Os filhos do presidente citam um possível Ato Institucional número 5, em referência ao período mais duro da ditadura militar. A partir de 2021, as tentativas de golpe começam a ficar mais claras. Em um momento crítico, o então decano do STF, Celso de Mello, entregou uma carta a todos os ministros do Supremo, alertando a nação e comparando o Brasil à Alemanha de Hitler (PODER360, 2020).

Em um momento também crítico, em março de 2021, o presidente alterou todos os comandantes das Forças Armadas e também o Ministro da Defesa, isso após o comandante do exército afirmar que não queria que a política entrasse nos quartéis. A crise com os militares foi a mais grave desde o episódio da tentativa de golpe no governo Geisel (PARAGUASSU, 2020).

Em 07 de setembro de 2021, um dos momentos mais tensos, houve uma manifestação no Rio de Janeiro e em Brasília, quando pairava uma ameaça de golpe de Estado. O presidente chegou a ofender o Ministro do STF Alexandre de Moraes. Foi uma tentativa de demonstração de força e/ou uma tentativa de golpe. O presidente insinuava constantemente ter apoio das Forças Armadas para um golpe. Na mesma data do ano seguinte também ocorreu um movimento semelhante, mas com menor força e credibilidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021).

Posteriormente, a pauta foi a mudança do voto eletrônico. O presidente alegava que era necessária a emissão de um comprovante impresso, o que foi recusado pelo Congresso Nacional, mesmo que no dia da votação o executivo colocasse tanques militares nas ruas de Brasília. Supostamente, sem “voto impresso”, a eleição seria fraudável, argumento típico das fases golpistas no Brasil. Após essa derrota, o presidente seguiu com críticas aos ministros do STF, às instituições eleitorais e à eleição, a ponto de convocar embaixadores de diversos países para argumentar que a eleição no Brasil não tinha credibilidade.

No período após a eleição de 2022, mais uma vez, circularam ruídos de que havia uma tentativa de golpe em curso, que veio a ser comprovada, amplamente divulgada e investigada pela Polícia Federal. Segundo a investigação, o comandante do exército e da aeronáutica foram contra o golpe, enquanto o da marinha o apoiou (BRASIL, 2024; PONTES, 2024). Em 2024, a polícia federal divulgou um plano de execução de Luís Inácio Lula da Silva, Geraldo Alckmin e Alexandre de Moraes. Em linha semelhante, foram divulgados vídeos de reuniões ministeriais em que a Agência Brasileira de Inteligência estava sendo utilizada para monitorar adversários políticos. Já a Advocacia Geral da União era utilizada para defender as acusações de crimes da família presidencial (INSTITUTO CONHECIMENTO LIBERTA, 2024).

A despeito de ameaças e controvérsias sobre as tentativas de golpe, ele não teve êxito. Em 2021, o presidente quis mostrar força, mas o fracasso da tentativa de golpe o fragilizou. E então teve que aderir ao chamado “centrão” (políticos que entregam apoio em troca de cargos e verbas), atraindo-o ao coração do governo. Essa aproximação ocorreu, inclusive, com a entrega da Casa Civil a um político dessa ala, Ciro Nogueira. O governo assim passou a fazer articulações com personagens da, pejorativamente alcunhada, “velha política”. Após a manifestação de setembro de 2021, Michel Temer intermediou um apaziguamento com o “centrão”, selando a adesão do governo a este grupo, que era hostilizado no início da gestão. Esse processo é o que Teixeira e Silva (2022) chamam de enfraquecimento da institucionalidade orçamentária brasileira e perda de capacidade do governante de liderar a agenda.

Assim, à medida que os seguidores de Olavo de Carvalho, líderes neoliberais, do mercado financeiro e o judiciário punitivista se afastam do governo, tirando apoio, o chamado “centrão” passou a ter cada vez mais poder. Mais uma vez, não parece apenas uma fase de pragmatismo, como considera Araújo (2025), mas uma mudança de eixo governamental. Nos últimos 15 meses, os principais grupos que permanecem são os políticos daquela ala, cada vez mais fortes e exigindo mais poder, e os militares não dissidentes.

Outra marca do governo foi o negacionismo científico, sobretudo no período da pandemia, em que o presidente minimizou o impacto do coronavírus, criticou o uso de máscaras, a restrição de movimentação de pessoas, a vacinação e recomendou o uso de remédios ineficazes. Além da defesa da “imunidade de rebanho”, ou seja, a tese de que grande parte da população pegaria a doença e depois ela pararia de circular e que, portanto, medidas de restrição eram ineficazes e apenas prejudicariam o desempenho econômico.

O momento da pandemia serviu para que o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defendesse que era a hora de “passar a boiada” nas leis ambientais e na permissão de agrotóxicos. Estes demarcam traços do governo: o antiambientalismo e o negacionismo das mudanças climáticas.

No momento da pandemia cresceram os pedidos de impeachment na Câmara dos deputados, que chegaram a 153, muitos deles engavetados pelo presidente da Câmara, novo aliado, que abocanhava recursos cada vez maiores do orçamento da União. As manifestações de rua, os pedidos de impeachment protocolados, e o sem-número de

desavenças do presidente não foram capazes de proporcionar a derrubada do governo (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022).

O final do governo foi marcado pela fragilidade política, a perda de apoio, - o que exigiu a presença do centrão, - e pelas crescentes ameaças golpistas. De toda forma, apesar de uma rejeição popular expressiva, manteve também uma aprovação considerável e sólida. Grupos radicalizados demonstravam apoio em manifestações de rua ao longo dos quatro anos.

Em uma eleição acirrada entre Lula e Bolsonaro, esse último foi derrotado, mas teve um desempenho eleitoral surpreendente. Os resultados econômicos não foram bons, politicamente foi uma gestão difícil, um governo de conflitos constantes e em diversas frentes, com baixa capacidade de executar seu programa, dado que não tinha apoio no Congresso Nacional para muitas de suas pautas e convivia com resistência no judiciário, na sociedade e no exterior. Ainda assim, chegou a 49% dos votos no segundo turno da eleição, o que merece explicações políticas e sociológicas mais aprofundadas.

5. Conclusão

Este artigo fez uma descrição analítica do governo Jair Bolsonaro, sob o âmbito econômico, das relações exteriores, e político. De forma geral, os quatro anos de governo foram instáveis, com conflitos diversos, com dificuldade de implementação da agenda de governo e resultados econômicos fracos.

A agenda econômica foi marcada pela política de privatizações, com destaque para a Eletrobras, pelo estabelecimento da autonomia do Banco Central, pela continuidade da agenda de flexibilização do mercado de trabalho, em que pese a Lei da Liberdade Econômica, pela reforma previdenciária e pela redução de Impostos de Importação. Estas metas estavam presentes no plano de governo e foram atingidas. A promessa de superávit primário para o segundo ano de governo foi atingida no último ano. Por outro lado, muitas propostas não foram adiante, como uma reforma tributária, a propagada Carteira Verde e Amarela, e a redução do número de municípios. A proposta de estabelecimento de renda mínima presente no plano de governo não chegou sequer a ser apresentada ao Congresso Nacional.

Nos indicadores econômicos, os três primeiros anos foram de baixo crescimento, elevação do desemprego, aceleração inflacionária e elevação da taxa de câmbio. A dívida pública cresceu nos dois primeiros anos, quando se verificou ainda perda no volume de reservas internacionais, enquanto o plano de governo previa a redução de 20 pontos percentuais da dívida pública. No último ano de governo, o crescimento econômico foi maior e a taxa de desemprego caiu. O período da pandemia marcou uma inflexão no volume de transferência de renda, com impacto significativo na renda dos mais pobres. No pós-pandemia, alcançou-se melhoria do resultado fiscal, em grande medida pelas privatizações, receita de dividendos de estatais, tributos relacionados a recursos minerais, congelamento de salários e redução do quadro de servidores públicos.

As relações externas se deram com um alinhamento com países governados pela extrema-direita, uma pauta antiambientalista, hostilidade à China e certo afastamento de países latino-americanos.

Politicamente, foi um governo que uniu forças conservadoras e neoliberais, calcado sobretudo no agronegócio, financismo, grupos religiosos, militares e o judiciário punitivista. Ao longo do tempo, alguns neoliberais afastaram-se, assim como militares e representantes relevantes do judiciário punitivista. A necessidade de apoio fez o chamado “centrão” adentrar no governo em postos-chaves, sustentando algumas votações congressuais e impedindo o avanço de processos de impeachment, ao mesmo tempo em que moderava arroubos mais radicais.

A eleição de 2018 pareceu atípica, já que importantes partidos da direita tradicional brasileira diminuíram, enquanto figuras de extrema-direita cresceram na esteira da eleição de Bolsonaro. Contudo, a eleição de 2022 consolidou este panorama, com uma redução ainda maior de partidos e políticos relevantes da direita tradicional e um bom resultado eleitoral de apoiadores de Bolsonaro.

Dessa maneira, a despeito do governo ter sido instável, conflituoso e com poucos resultados positivos, verificou-se neste período o enraizamento de uma força política de extrema-direita no Brasil. Grupo esse que já teve espaço na década de 1930 e mesmo na formação de governos na década de 1940, 1960 e 1970. Os personagens por trás do projeto autoritário conservador no Brasil não são muito distintos do passado. A novidade é sua expressão massiva, enraizada e com resultado eleitoral significativo. Tal relevo merece melhor estudo sociológico e político.

Referências

AGÊNCIA PÚBLICA. **Os pedidos de impeachment de Bolsonaro. 2022.** Disponível em: <https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/#:~:text=Os%20pedidos%20de%20impeachment%20de,aditamentos%20e%2047%20pedidos%20duplicados>. Acesso em 11 jun 2024.

ARAUJO, Victor Leonardo de. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 71, p. 77-112, 2025.
DOI: <https://doi.org/10.69585/2595-6892.2025.1210>

AVILA R. I. Política fiscal : as receitas de concessões, privatizações e dividendos. In: **Carta de Conjuntura** : UFRGS Nape. Porto Alegre Vol. 29, n.3 (jul./set. 2022), p. 18-25.

AVILA, Róber Iturriet. Política fiscal: a agenda de redução de impostos. In: **Carta de Conjuntura**: UFRGS Nape. Porto Alegre Vol. 29, n.2 (abr./jun. 2022a), p. 22-30.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Gerenciador de Séries Temporais.
Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em 22 dez 2022.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Relatórios. 2023. Disponível em: <https://www.bnDES.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/publicacoes/relatórios>. Acesso em 15 mar 2023.

BOITO Jr, A. Armando Boito sobre governo Bolsonaro. *Tutameia*. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SEqlbPzw8G0&list=PLIUORIVPuPU5ftoabAbJK-679fX42odRO&index=21>. Acesso em 9 mai de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei 13.874 de 20 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13874.htm. Acesso em 14 abr 2024.

BRASIL. Política Federal. Polícia Federal apura tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito. 2024 Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/02/policia-federal-apura-tentativa-de-golpe-de-estado-e-abolicao-do-estado-democratico-de-direito>. Acesso em 04 mai 2024.

CADINAÑOS, L. G. O percurso, impacto e viabilidade do Auxílio Emergencial no Brasil em 2020. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. O necessário debate sobre os preços dos combustíveis no Brasil. Nota Técnica 251, 5 mar 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec251PrecosCombustiveis.html>. Acesso em 08 mar 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. Salário mínimo de R 1.518,00 em 2025. Nota Técnica 283, 2 jan 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2025/notaTec283salarioMinimo.pdf>. Acesso em 30 mai 2025.

ESTADÃO. Moro diz que saiu do governo porque não queria proteger a família do presidente de investigações. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXqyQ7m669M>. Acesso em 15 mai de 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. Bolsonaro ameaça o STF de golpe, exorta a desobediência à Justiça e diz que só sai morto. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/na-paulista-bolsonaro-repete-ameacas-golpistas-ao-stf-e-diz-que-canalhas-nunca-irao-prende-lo.shtml> Acesso em 01 jun 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIDRA** – banco de tabelas estatísticas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>. Acesso em 20 dez 2023.

INSTITUTO CONHECIMENTO LIBERTA. **Heleno fala sobre infiltrar agentes da Abin nas eleições e cogita "virada de mesa" antes da votação.** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pgrnECKIrzU> Acesso em 05 jun 2024.

MACHADO, Sidnei. The new offensive against the regulations of labor by Jair Bolsonaro's government. **REVUE DE DROIT COMPARÉ DU TRAVAIL ET DE LA SÉCURITÉ SOCIALE**, v. 1, p. 168-171, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/rdctss.903>

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. Brazil: the institutional changes in the recent period and the new government. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, p. 240-253, jul/dez, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.2.36785>

MELO, H. P.; BASTOS, C. P.; ARAUJO, V. L. .A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado. In: ARAUJO, V. L.; MATTOS, F. A. M. (Org.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma**: novas interpretações. 1ed. São Paulo: Hucitec, 2021, v. 1, p. 217-242.

O CAMINHO da Prosperidade – Propostas de Plano de Governo Bolsonaro 2018, 2018.

ORAIR, R. O. Política Fiscal e Resposta Emergencial do Brasil à Pandemia. **Boletim de Política Social**. N. 28, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021.

PARAGUASSU, L. **Não queremos que a política entre nos quartéis, diz comandante do Exército**. UOL, 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/11/13/nao-queremos-que-a-politica-entre-nos-quarteis-diz-comandante-do-exercito.htm>. Acesso em 15 mai 2024.

PODER360. **Celso de Mello compara Brasil à Alemanha de Hitler**. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/celso-de-mello-compara-brasil-a-alemania-de-hitler-diz-portal/> Acesso em 10 mai 2024.

PONTES, Felipe. Ex-comandante do exército confirma reunião com Bolsonaro sobre golpe. Agência Brasil, 2024. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-03/ex-comandante-do-exercito-confirma-reuniao-com-bolsonaro-sobre-golpe>. Acesso em 15 mai 2024.

SAAD_FILHO. Alfredo. Brazilian Democracy facing authoritarian neoliberalism. **Revista Direito Público**, Brasília, v. 18, n. 97, p. 113-129, jan/mar, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18772/22021086994.10>

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da; TEIXEIRA Marco Antonio Carvalho. A política e a economia do governo Bolsonaro: uma análise sobre a captura do orçamento. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 27, n. 86, p. 1–13, 2022.

Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/85574>. Acesso em: 30 maio. 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v27n86.85574.

TAVARES, Camilo Galli (dir). **O dia que durou 21 anos**. Pequi Filmes, 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=whHt93p7ES0>. Acesso em 01 abr 2024.

TENDLER, Sílvio (dir). **ANOS JK – Uma trajetória política** (filme), 1980.

TESOURO NACIONAL. Estatísticas Fiscais e Planejamento. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn> Acesso em 04 mar. 2024.